



CONHECENDO A UFG: APROXIMANDO ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

AGATHA Pétala dos Santos Castro ¹
JAKELINY Ferreira Campos ²
RUBENS de Freitas Benevides ³

RESUMO

O presente resumo refere-se à experiência vivenciada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) junto aos estudantes do Colégio Estadual Jardim América (CEJA). Por meio da observação de que os estudantes do CEJA não conheciam o PIBID, assim como desconheciam a Universidade Federal de Goiás (UFG) e suas características fundamentais de ser pública, gratuita e laica, verificou-se a necessidade de se desenvolver um material educativo, didático e acessível sobre a UFG. Desse modo, durante uma semana foram realizadas apresentações nas turmas de Sociologia do colégio, abordando desde os cursos da UFG e formas de ingresso até a vida universitária, destacando aspectos como infraestrutura, assistência estudantil, programas de iniciação científica, de extensão, e bolsas como o PIBIC e o PIBID. Ao longo da semana, notamos uma recorrente desinformação sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sobre o funcionamento do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e, em particular, sobre as ações afirmativas e políticas de cotas que garantem a democratização do ingresso de estudantes de escolas públicas, pessoas negras, indígenas, quilombolas, etc. Nesse sentido, o material dedicou atenção especial às ações afirmativas, explicando o funcionamento das cotas, da Lei de Reserva de Vagas e do programa UFGInclui, além de abarcar o processo seletivo para cursos que exigem habilidades específicas. Posteriormente, também foram observados resultados positivos acerca do objetivo de aproximar os/as estudantes do PIBID e do CEJA e democratizar o acesso à informação sobre o ensino superior público para incentivar que mais jovens, sobretudo da rede pública, se vejam como sujeitos possíveis dentro de uma universidade pública. Levando a reflexão de que, mais do que o acesso à informação, é necessário que os estudantes ampliem seus horizontes, para que assim, o ensino superior público seja entendido pela sociedade como um direito.

Palavras-chave: Educação, Escolas Públicas, Ensino Superior, UFG.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda pelo Curso de Ciência Sociais, da Universidade Federal - UFG, agathapetala9134@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Ciência Sociais, da Universidade Federal - UFG, jakeliny_ferreira@discente.ufg.br;

³ Professor orientador: Doutor em Sociologia pela UNB, Faculdade Ciências Sociais - UFG, rufrebe@ufg.br.





O presente trabalho apresenta uma experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), realizada junto aos estudantes do Colégio Estadual Jardim América (CEJA). A partir de visitas semanais e diálogos que começaram a ser estabelecidos entre os/as participantes do PIBID com a docente supervisora e com os/as estudantes se observou, dentre outras questões, como muitos estudantes desconheciam o próprio programa, mas também a Universidade Federal de Goiás (UFG), seus cursos, formas de ingresso e características fundamentais, como a natureza pública, gratuita e laica da instituição.

Diante desse contexto, tornou-se evidente a necessidade de criar estratégias educativas que aproximasse os/as alunos/as da realidade universitária, promovendo a circulação de informações sobre oportunidades acadêmicas, políticas de acesso ao ensino superior, ações afirmativas e programas de iniciação científica e extensão existentes nesse nível de ensino.

Desse modo, o presente relata o desenvolvimento, execução e reflexões em torno de uma intervenção pedagógica voltada realizada junto a turma de ensino médio do Colégio Estadual Jardim América (CEJA). Ação realizada para a ampliação do acesso à informação e à reflexão sobre o ensino superior público que evidenciou a importância de fortalecer o protagonismo estudantil e certa urgência em fomentar informações mais recorrentes sobre o ensino superior, em particular o público, fomentar a percepção de que ele é direito de todos os/as estudantes da educação pública e de todos os estratos sociais.

Para isso, partimos do entendimento de que a universidade continua a selecionar e privilegiar um perfil específico de estudantes que ingressam e permanecem nesses espaços. A herança colonial brasileira, combinada com mecanismos de silenciamento e marginalização de sujeitos considerados “descartáveis” em face do sistema capitalista, se reflete na educação por meio da determinação de quais corpos têm acesso ao ambiente acadêmico. Essa seleção não ocorre de maneira natural e orgânica, mas como resultado de um sistema estruturado que direciona jovens e adolescentes para o mercado de trabalho como única via possível de formação.

Ademais, é possível identificar que apesar das políticas públicas de acesso ao ensino superior e das ações afirmativas estarem desempenhando um papel significativo na democratização do acesso à universidade, se pode verificar como dentro do segundo ciclo de expansão do ensino superior, que compreende as últimas décadas do século XXI essas políticas vêm sofrendo uma queda nos números vagas disponíveis e estudantes que utilizam esses direitos.





Mediante esses fatores relacionados a quedas dos índices de acesso ao ensino superior, se observou como o desconhecimento sobre seu funcionamento ainda se apresenta como uma barreira, um atenuante para que estudantes possam exercer plenamente seus direitos. Assim sendo, durante as visitas semanais ao CEJA, observou-se que as dificuldades de acesso a essas informações, muitas vezes se relacionavam à falta de reconhecimento ou compreensão sobre os critérios de pertencimento aos grupos contemplados pela Lei de Cotas e por outros programas de ingresso.

Somado à isso, a aparente “falta” de interesse por parte dos estudantes em buscar essas informações, era frequentemente justificada com o desejo de ingressar no mercado de trabalho, em detrimento da continuidade dos estudos no ensino superior. Evidenciando, assim, em particular o desafio à educação pública em conciliar, a tensão entre a necessidade da manutenção das condições materiais de vida desses/as estudantes e seu acesso à formação universitária.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se, a partir de uma abordagem qualitativa, um levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados à educação, ao ingresso e a permanência na universidade, com o intuito de compreender de forma mais aprofundada o cenário dos estudantes no tocante à passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior. Associada à pesquisa bibliográfica, a experiência relatada também se fundamentou na pesquisa de campo realizada em visitas semanais ao Colégio Estadual Jardim América (CEJA) e à observação das aulas ministradas pela docente supervisora.

O CEJA é um colégio estadual que possui mais de vinte anos com 14 salas de aula que recebem estudantes de diferentes estados, setores de Goiânia, assim como composição e renda familiar. O colégio fica localizado na região sudoeste de Goiânia no bairro Jardim América, que é um bairro centralizado, em particular, devido ser traspassado pelas avenidas de grande fluxo T-63 e T-9, que hoje são algumas das principais avenidas da cidade por facilitarem o trânsito de pessoas entre Goiânia e cidades satélites, como é o caso do município Aparecida de Goiânia. Dessa maneira, as visitas semanais no colégio foram registradas em diários de campo e, as duas pibidianas acompanharam turmas diferentes, uma das autoras acompanhou as turmas do 1º A, 2º A e 3º B, já a outra autora frequentou as aulas do 1º E e 2º Adm.

Cabe ressaltar que as turmas administrativas, segundo informações da professora supervisora do CEJA, dizem respeito a turmas que possuem estudantes com idade mais





avançadas que o esperado para as séries em que se encontram, ou seja, estudantes que por vários motivos como empregos, busca por alcançar outros objetivos deixaram o ensino básico e, depois, retornaram para concluí-lo e, para que não se sintam deslocados junto a estudantes mais jovens, no CEJA, são reunidos nas turmas denominadas administrativas.

Além disso, o relato de experiência se baseia na descrição e reflexões acerca da aula ministrada com a temática “Conhecendo a UFG”. Considerando a constatação de que muitos estudantes desconheciam a Universidade Federal de Goiás (UFG) e suas características, desenvolveu-se um material educativo, didático e acessível sobre a instituição. Durante uma semana, foram realizadas apresentações nas turmas de Sociologia e Filosofia da docente supervisora, abordando desde os cursos de graduação da UFG e suas formas de ingresso até aspectos da vida universitária, com destaque para a infraestrutura, a assistência estudantil e os programas de iniciação científica, de extensão e de bolsas, como o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e o PIBID.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após cerca de quatro meses observando as turmas do CEJA, a professora supervisora do PIBID no CEJA realizou uma reunião com todos os/as participantes do PIBID a fim de partilharmos impressões, observações, críticas e sugestões sobre o colégio, as turmas acompanhadas, e também sobre as aulas ministradas pela professora supervisora, mestre em Sociologia. Durante esse momento de trocas, compartilhamos que a diálogo entre estudantes do CEJA e participantes do PIBID, após um certo período de estranhamento começou a ser estabelecida, em algumas turmas a iniciativa partia dos/as estudantes que frequentemente observavam nossas roupas e estilos, faziam elogios e perguntas, quase como uma forma de reconhecimento entre pares. Para além das observações, haviam também recorrentes os comentários sobre a Universidade Federal de Goiás (UFG), como em perguntas: “O que vocês fazem lá?”.

Em outras turmas a iniciativa partiu dos/as pibidianos/as que iniciavam conversas soltas ou perguntas como “E aí, você pensa em fazer qual curso?” “Pensa em ir para a universidade?”. Das perguntas mais diretas sobre a universidade, na maior parte das vezes tínhamos como resposta que eles/as não sabiam, ou que não queriam ir para universidade, uns ficavam no “por que não”, “porque demora demais, vou perder tempo”.

Conversando com um estudante durante a aula e, em outro momento, com o grupo, o que os jovens explicam é que não tinham interesse porque quatro ou cinco anos era muito





tempo gasto, tempo que poderiam estar ganhando dinheiro, outros explicavam que já trabalhavam e desse modo, não fazia sentido para eles, gastarem esses anos para ganhar o tanto que uma pessoa que não tem curso superior. Entretanto, ao continuar conversando sobre as boas oportunidades de trabalhos, perguntávamos novamente se eles/as tinham algum curso que achavam interessante para pensarmos áreas que tinham bons rendimentos e qualidade, e eles/as sempre davam um exemplo de graduação que tinham afeição.

Nesse sentido, em algumas turmas nossa presença, assim, despertava ao menos um certo estranhamento e, ao mesmo tempo, gerava perguntas sobre a universidade, trabalho, principalmente ganho financeiro. Uma experiência comum entre os diferentes colégios que fazem parte do programa, mas que, no caso do CEJA, evidenciava-se com mais intensidade, revelando uma distância simbólica e informacional em relação à UFG e ao ingresso no ensino superior de modo geral.

Uma fala marcante sobre o distanciamento dos/as jovens para com a educação básica e superior esteve relacionada a um estudante de uma turma administrativa que, ao iniciar uma conversando conosco sobre seus colegas e a universidade explicou em detalhes que, não tinha interesse de cursar uma graduação pelos motivos de gasto de tempo ao invés de investi-lo para ganhar mais dinheiro, que se fosse cursar graduação seria em administração porque gostava das aulas que sua formação técnica oferecia, mas sua estima não era tamanha para querer entrar ensino superior, em vista de já trabalhar na parte administrativa da empresa de seu pai.

Essa foi uma das fala impactante durante esse período antes da intervenção, cuja conversa não conseguimos prolongar por um lado por, devido o abalo em enxergar um jovem, na educação básica, cujo futuro já estava traçado talvez por ele, por terceiros e/ou por outros fatores, de modo que o colégio, a educação deixa de ser para ele o espaço de socialização onde ele pode ou deveria poder imaginar, sonhar, ser quem ele quiser.

Ao discorrer sobre o espaço que a escola, um local de socialização, ocupa dentro da formação da juventude, Juarez Dayrell (2007) expõe que os colégios são instituições educacionais que recebem os mais diversos perfis econômicos, sociais, culturais, etc. de jovens. Desse modo cada geração apresenta suas particularidades, no entanto, Juarez Dayrell (2007) explica que algo semelhante a todas é a formação de grupos que conforme suas condições, exercem sua liberdade de transitar e ocupar os mais diversos lugares que os influenciam de forma direta ou indireta sua formação, seja o centro, a rua, ou a escola, e etc. Mobilidade em coletivo para ir atrás de experiências no sentido de, experimentar, se apropriar de lugares e estilos para conhecer, reinterpretar e/ou e se autoconhecer.





Conforme Dayrell (2007) explica, a escola se materializa como um espaço de socialização ambíguo onde eles/as ocupam a medida que criam e experimentam tribos, amores, conhecimentos, e conflitos e, por outro lado, também em consubstancia como um espaço de regulação de corpos, horários, e deveres para com a sociedade a instituição que têm de cumprir. Nesse sentido a escola é a instituição que também presencia essa fase de encruzilhada da juventude em ter de lidar com a realidade (que se refere ao que podem ser ou fazer), com o dever (que remete ao que devem ser ou fazer) e com o querer (relacionado ao que querem, sonham desejam ser ou fazer).

Desse modo Juarez Dayrell (2007) explica que, em vista de os colégios ainda não estarem completamente desvinculados, por exemplo, do perfil retrógrado de estudantes herdeiros cujos perfis e vidas são financeiramente estáveis, hoje os colégios estão sendo deixados para trás, no que concerne a sua capacidade em propor uma experiência de (trans)formação de ensino-aprendizado, que contemple a interseccionalidade de renda, raça, gênero, e outros marcadores sociais e culturais da diferença que os atravessam. Com isso se pode observar como essa perda de alinhamento e comunicação com estudantes da educação básica, em particular, ensino médio está culminando em instituições que propagam uma relação de desconfiança, de reprodução de violências e preconceitos contra estudantes com corpos, rendas e cores desviantes.

Ademais, com base em Dayrell (2007) e Diane Ravitch (2011) se pode observar como os rumos neoliberais que o sistema educacional brasileiro está tomando, pautado em punição e recompensa para alcance de metas e produções de números com o propósito de mensurar a formação dos estudantes, está culminando em um sistema educacional genérico, desigual à todos, tanto no que diz respeito à distribuição de renda que cada vez se tor mais desigual, quanto seu propósito de promover uma formação plena aos/às futuros/as cidadãos/ãs para que todos/as tenham capacidade e liberdade de escolherem os caminhos que desejaram não só nas opções dentro do mercado de trabalho, mas também as opções que o ensino superior tem a oferecer.

Observando e dialogando sobre essas oportunidades desiguais que perpassam os estudantes das escolas públicas a proximidade com a universidade e contato diálogo com os/as universitários/as foi uma pauta levantada, pois, o que poderia ser uma experiência positiva em estabelecer esse primeiro contato com outros espaços possíveis como o ensino superior, no caso a UFG, não foi possível devido barreiras financeiras. Umas das iniciativas em função de aproximar tanto a sociedade, mas principalmente estudantes da educação básica pública ou privada é o Espaço das Profissões promovido pela UFG.





Anualmente, no primeiro semestre, a Universidade Federal de Goiás – Regional Goiânia realiza o Espaço das Profissões, que é um dos maiores eventos da universidade, que busca oferecer aos estudantes do ensino médio informações e orientações sobre o ambiente acadêmico, os cursos, as formas de ingresso, as possibilidades de assistência estudantil e as perspectivas de formação e atuação profissional. Contudo, observamos que, em 2025, o CEJA não participou dessa atividade devido à falta de infraestrutura para levar os/as estudantes.

Tanto a falta de infraestrutura para proporcionar momentos diferentes de aprendizado para os estudantes e informações sobre a universidade são observados como essenciais no momento atual em que as políticas educacionais de acesso à universidade estão passando por um período de retração. Ao realizarem um levantamento sobre a diminuição, ou não, da desigualdade em relação ao ensino superior Salata, Bringhenti e Miranda (2025) verificam que, nos últimos vinte anos (1992 a 2022) o ensino superior brasileiro já passou por dois ciclos de expansão, o primeiro foi no período pós crise de 1990 a 2000 com um aumento vertiginoso das universidades públicas e das vagas no ensino superior o que resultou em uma diminuição nas desigualdades de acesso ao ensino superior, após esse momento há uma certa estabilização nesse processo de expansão que marca o primeiro ciclo de expansão.

Conforme Salata, Bringhenti e Miranda (2025) examinam, o segundo ciclo de expansão do ensino superior ocorre entre 2005 a 2015 com o surgimento e/ou aprimoramento de políticas de equidade educacional como é o caso das reservas de vagas em universidades públicas, e programas para democratização de acesso ao ensino superior como Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento estudantil (FIES).

Um segundo ciclo marcado pelo desenvolvimento das universidades privadas e pelas graduações à distância que, após o período de 2015 marcado pelo aumento da desigualdade em relação à oferta de vagas, em especial nas redes privadas de ensino financiadas pelo governo. Reflexo que pode estar relacionado a outro período de crise financeira que assola o país e a proeminência de governos de direita voltados a um discurso de sucateamento das universidades públicas, a medida que passam a receber mais estudantes negros/as, de escola publicas,etc.

Diante desse cenário de proposital desinformação dos/as jovens quanto a seu direito e espaço para entrarem no ensino superior, os/as participantes do PIBID decidiram desenvolver uma intervenção que buscasse aproximar os estudantes dessa experiência, ainda que de forma adaptada. Assim, em coletivo, foi produzido e apresentado aos estudantes das turmas acompanhadas um material didático na forma de slides.





O material teve como foco central a apresentação da forma de ingresso no ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) para ingresso na Universidade Federal de Goiás, ao mencionar a universidade destacamos suas características enquanto universidade pública pautada no ensino, pesquisa e extensão, assim como suas oportunidades financeiras, acadêmicas e profissionais dentro desses três eixos, assim como a relevância do ensino público, gratuito e de qualidade.

O material desenvolvido inicialmente destaca o que é a Universidade Federal de Goiás, ressaltando suas características de laicidade, gratuidade e sua condição de instituição pública. Essa estratégia se deu devido às nossas observações cotidianas no PIBID, em que frequentemente estudantes questionaram qual o valor da mensalidade da UFG. Assim, vimos a importância de, além de mostrarmos que essa não era uma realidade, evidenciarmos como o seu acesso era um direito dos estudantes.

Além disso, o material demonstrava os três pilares da universidade, Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo detalhados cada ponto. Ao também notarmos que os estudantes do CEJA tinham uma maior preocupação com o mercado de trabalho, em detrimento da universidade, vimos que, ao abordar esses três pilares, abriríamos caminho para demonstrar que a universidade não apenas está conectada ao mercado de trabalho, mas também com a comunidade, e que havia possibilidades de atuação com pesquisa e extensão.

Em uma das apresentações sobre a UFG, foi perguntado aos estudantes se sabiam o significado de ações afirmativas. Alguns declararam não conhecer o termo, enquanto outros responderam com outra dúvida: “São as cotas?”. Em seguida, foi explicado que as cotas constituem ações afirmativas voltadas à redução das desigualdades sociais, econômicas e educacionais historicamente construídas.

Nesse sentido foi explicado que o sistema reserva vagas nas universidades públicas são voltadas para candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola públicas, incluindo estudantes de baixa renda, negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência. Em vista de a professores já ter partilhado que os estudantes que conheciam o sistema de reserva de vagas terem preconceitos para seu uso como no caso de exercer o direito de uso das cotas para candidatos/as negros/as, houve a preocupação em contextualizar nas apresentações que, as reservas de vagas para participantes negros são resultado de uma luta secular de pessoas e dos movimentos negros já existentes para reparar os séculos de exclusão da população negra da educação básica e superior brasileiras, mas não só.





Com isso, é importante destacar que esse foi o momento de maior interesse da turma pelo assunto. Assim, surgiram perguntas como: “Como isso é avaliado?”, e muitos estudantes começaram a conversar entre si, refletindo sobre suas próprias trajetórias e questionando, por exemplo, se poderiam utilizar a cota racial. Refletindo sobre essa questão, torna-se evidente que a identidade exerce um papel central na trajetória dos sujeitos, não apenas pelo que afirma, mas também pelas diferenças que produz. Conforme argumenta Tomaz Tadeu da Silva (2014), a diferença só existe em relação a uma identidade, assim, toda identidade depende de negações implícitas, e toda diferença, dessa forma, funciona como mecanismo de afirmação identitária. Esse debate torna-se visível na dúvida manifestada por estudantes pardos e pretos em relação ao uso das cotas raciais, demonstrando como o reconhecimento identitário é atravessado por efeitos políticos, discursivos e subjetivos.

Diante disso, é possível argumentar que essa tensão existente em relação aos estudantes sobre o uso de ações afirmativas e acesso à universidade não se trata de um acaso, visto que ainda é presente uma estratégia política de silenciamento dos corpos e saberes que historicamente foram subalternizados. A dificuldade de se reconhecerem como sujeitos de direitos das ações afirmativas também não é algo de efeito individual, mas consequência do mito da democracia racial.

Ao problematizar o mito da democracia racial, Moura (2023) argumenta constituir a sociedade brasileira, que funciona como uma ideologia que apresenta o Brasil como um país supostamente aberto e harmonioso racialmente e promove, dessa forma, o apagamento da cultura negra. O silenciamento das histórias e das experiências negras ainda se dá sob a justificativa da rigidez do cânone científico, valorizando a diversidade apenas dentro de seus próprios moldes.

Nesse contexto exposto por Moura (2023), fica evidente como as escolas e universidades acabam por reproduzir uma prática pedagógica alicerçada em um modelo monocultural que resulta em exclusão, pois, a ideologia dominante atua mascarando as desigualdades raciais no Brasil - o que se reflete em como a ciência se comporta, “tolerando” a diversidade, mas apenas até o ponto em que ela não incomode, desafiando as estruturas de poder.

Nesse cenário, os professores e pesquisadores Jaqueline Pereira e Neville Santos (2022) destacam o papel histórico do movimento negro, mencionado anteriormente, que ao pressionar pela implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, evidenciando desse modo o potencial da ação coletiva para reorientar políticas educacionais e ressignificar a função social da escola. Assim, os professores e pesquisadores nos levam a refletir sobre





como as produções acadêmicas e pedagógicas sobre relações étnico-raciais não se limitam à denúncia do racismo, mas buscam elaborar práticas, metodologias e materiais didáticos capazes de transformar a experiência escolar, promovendo o reconhecimento, a valorização e a afirmação das identidades.

As dinâmicas observadas em sala de aula revelam como a presença e a atuação da população negra na educação desempenham um papel epistemológico fundamental, em que são geradas aberturas nas estruturas de poder eurocêntricas e monoculturais, que podem contribuir para deslocar o centro epistêmico da branquitude no ambiente acadêmico e fortalecer a entrada de estudantes do Ensino Médio público a partir de seus direitos juntamente às ações afirmativas.

Assim, durante e especialmente ao fim das apresentações deixávamos em aberto para tirar dúvidas dos/as estudantes, ouvir comentários e explicar algum tópico que não compreenderam desse modo, também foi interessante a observação, confirmada pela professora supervisora do PIBID que, nas turmas administrativas houve, que também tinham um discurso recorrente de não quererem ir para universidade, os/as estudantes prestaram mais atenção e houve um grande número de perguntas e dúvidas por informações sobre a universidade, festas, atividades de extensão voltadas para idiomas, esporte e preparatórios para o vestibular.

Talvez, por detalharmos as bolsas que os/as universitários/as têm direito para se manterem e dedicarem aos estudos o estudante com sua vida traçada do início do relato falou no início da apresentação algo como “estão lá só pelo dinheiro”, uma fala que foi debatida por alguns estudantes, voltando logo em seguida para sequência da apresentação. No entanto, foi marcante como ao entrarem em perguntas, por exemplo, sobre os banheiro inclusivos⁴, os estudantes se mantinham atentos aos detalhes dos prédios, das bibliotecas. Da mesma forma, ao perguntarem sobre festas universitárias, uma pergunta levava a concentração sobre as oportunidades de práticas de esporte na universidade.

Entre essas perguntas e dúvidas sobre a vida universitárias e ingresso nas graduações e pós-graduações que chamaram atenção dos/as estudantes, o mesmo estudante que com sua vida “feita” nos perguntou quais eram os cursos mais concorridos da UFG, listamos alguns e ele falou que iria passar em primeiro lugar em medicina só para saber que podia. Em meio a vaia e mesmo que sua fala tenha sido em um tom de zueira, naquele momento e com aquela fala, foi identificado que aquela intervenção atingiu seu fim, pois, na fala desse estudante,

⁴ A algum tempo, algumas faculdades deixaram de adotar a divisão de banheiros em masculinos e femininos e passaram a ter placas escritas banheiro inclusivo onde independente de gênero, sexo e/ou orientação sexual podem ser utilizadas.





ouviu ele sonhando, ele verbalizando algo diferente que ele quer alcançar, assim como nas dúvidas de estudantes muito ou poucos falantes o interesse em se munir de informações.

Por fim, com esse relato pudemos observar como mais do que nunca se faz necessário haver ações periódicas, constantes por parte das universidades, colégios e movimentos sociais em função de munir os/as estudantes de informações e conhecimentos sobre os seus direitos e como podem estar fazendo uso deles, pois, em períodos de crise o primeiro âmbito afetado é o da educação como pudemos ver, com a diminuição das vagas e investimentos tanto na educação básica quanto na superior, assim, da mesma forma como a o investimento na educação diminui, a desigualdade aumenta e os direitos conquistados para democratização ao acesso à educação correm perigo.

REFERÊNCIAS

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” a juventude?** reflexões em torno da socialização juvenil. Campinas, vol. 28, n. 100, Especial, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 nov 2025.

MOURA, Clóvis. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. In: **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Dandara, 2023, p. 53-73.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.); Stuart Hall; Kathryn Woodward. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SALATA, Ricardo André; BRINGHENTI, Tatiane Fabiele da Silva; MIRANDA, Ana Carolina Homem de. Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 68, n. 3, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xwH8txdN8HCZRvNS3RJ8bYj/?format=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira; SANTOS, Neville de Vilasboas. Escola, currículo e educação para as relações étnico-raciais. In: NUNES, Jordão Horta; TOSTA, Tânia ; OLIVEIRA, Jaqueline (Org.) . **Trabalho, educação e sociedade**: diferenças e desigualdades, Goiânia : Cegraf UFG, 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Trabalho__educa%C3%A7%C3%A3o_e_sociedade_diferen%C3%A7as_e_desigualdades.pdf. Acesso em: 15 ov 2025.

